

Uma cartografia das práticas arquitetônicas subversivas

Marcela Silvano Brandão Lopes

Denise Morado Nascimento

RESUMO

É recorrente o entendimento de que a representação na prática arquitetônica deve ser dividida em “representação da arquitetura” e “representação na arquitetura”.

No primeiro caso, ela comparece tanto na transposição de ideias para um suporte material, quanto na interlocução entre os envolvidos. Para cada situação, ela se apresenta de diferentes formatos, e, dependendo dos propósitos, esses formatos ainda podem adquirir novas roupagens. Apesar das aparentes diferenças, percebe-se aí um mesmo pressuposto: a re-apresentação de algo já existente.

Já a “representação na arquitetura” estaria na ordem dos sentidos e da interpretação. Nessa questão vale dizer que a separação entre significantes e significados e entre forma e conteúdo é bastante questionável, e está em discussão há muito tempo.

A filosofia da diferença nos apresenta o método da cartografia como possibilidade de mapeamento e construção de um espaço a partir da evidenciação das relações de forças presentes aí e das criações cotidianas não previsíveis.

Diante dessa abordagem, apresentaremos uma experiência feita em uma disciplina da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) por alunos em uma ocupação urbana local.

Palavras-chaves:

Espaço; representação; experimentação; construção

Perfil profissional do primeiro autor:

Engenheira civil (UFMG, 1986), Arquiteta (FAIMI, 1995), Mestre em Teoria de projeto (NPGAU, UFMG, 2009), Doutoranda (NPGAU, UFMG)

Endereço eletrônico: marcelasbl.arq@gmail.com

1. Introdução

É recorrente o entendimento de que a representação na prática arquitetônica deve ser dividida em “representação da arquitetura” e “representação na arquitetura”. Entretanto, para nós, a separação entre significantes e significados e entre forma e conteúdo é bastante questionável.

A filosofia da diferença nos apresenta o método da cartografia como possibilidade de mapeamento de um espaço a partir da evidenciação das relações de forças presentes aí, como também das criações cotidianas não previsíveis. Tal evidenciação é entendida como sendo um processo de construção e transformação do espaço mapeado.

Diante desses pressupostos, apresentaremos uma experiência feita em uma disciplina da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) por alunos em uma ocupação urbana local.

2. Representação da arquitetura

Considerando que a representação na prática arquitetônica é comumente separada em “representação da arquitetura” e “representação na arquitetura”, iniciaremos nossa discussão apresentando como cada uma dessas categorias é entendida.

A primeira abordagem inclui as maneiras como a arquitetura é representada durante as várias etapas da projeção, tanto quanto ferramenta de transposição de uma ideia para um suporte material, quanto como meio de interlocução entre os agentes envolvidos no processo construtivo.

Ela surge então sob a forma de desenho, croqui, maquete física, maquete digital ou desenho técnico. Nesse último caso, credita-se à geometria descritiva (Monge) a garantia de uma linguagem “inequívoca” entre os profissionais técnicos, que sirva de ordem de serviço para os profissionais dos canteiros de obras. Entretanto, tal codificação se torna inacessível a quem não domina essa linguagem, como muitas vezes acontece com os futuros usuários do espaço projetado e com os operários da obra. Paradoxalmente, apesar de ser anunciada como sendo universal, seu entendimento é restrito.

Com outros propósitos, a “representação da arquitetura” veiculada pelas várias mídias informacionais (revistas, encartes publicitários, internet, etc.) adquire outros formatos –

maquetes digitais, fotografias, vídeos, etc. Nesse caso, a linguagem não pode ser cifrada, ao contrário, ela deve atingir o maior número de leitores, ou seja, a “realidade” do objeto – projetado ou já construído – deve ser sedutora.

Apesar das diferenças apontadas, a representação, idealizada ou objetivada, se apóia na noção de que algo existente precisa ser re-apresentado. Algo que já existe no campo das ideias ou dos ideais (herança platônico-modernista), ou, ainda, na realidade “concreta” do mundo (herança positivista). Sendo assim, tal representação é vista ora como “genial”, ou seja, sem nenhum vínculo com o “real” (tabula rasa), ora como “racional”, por se tratar de uma tradução “exata” de uma necessidade-demanda.

Mas afinal, haveria uma “realidade” sócio-espacial pronta, escrita, e à espera de uma leitura capacitada? Quais são os pressupostos para se definir o que deve ser lido e o que deve ser ignorado? O que define que algo é problema ou solução?

3. Representação na arquitetura

Quanto à “representação na arquitetura”, ela se refere aos sentidos e significados que a arquitetura deve transmitir, ou seja, sua carga simbólica e imaginária. É sabido que tal carga simbólica é um montante estabelecido a priori, mas, fazendo uma indagação foucaultiana (Foucault, 1997) sobre essa questão, trata-se de um montante estabelecido por quais instâncias de saber e poder? E o que garante que tal carga seja decodificada segundo a intenção dos criadores-autores, tendo em vista o alerta feito por Barthes (2004) sobre o “devir da escrita” e a “morte do autor”?

Cabe ainda perguntar: será que há, de fato, uma separação entre ambas as representações, ou seja, a forma e as ferramentas usadas na “tradução” do espaço estão dissociadas de seu discurso?

4. Experimentação e construção da prática arquitetônica

A cartografia como método de pesquisa foi desenvolvida a partir dos conceitos da *filosofia da diferença* proposta por Deleuze e Guattari (2000). Segundo os autores, a cartografia é colocada como via da **experimentação** da realidade – entendida não como algo pronto, a ser apenas representado, mas como processo a ser construído, constantemente, como um mapa móvel, atravessado por campos de forças e linhas de fuga.

Tais conceitos dialogam com o construtivismo desenvolvido por Latour (2012), no qual o processo investigativo é entendido como sendo um processo de “construção dos fatos”, de mobilização de entidades diversas para a explicação de uma “sólida realidade objetiva”, na qual questões de interesse possam ser evidenciadas, e a realidade possa ser desdobrada para não ser unificada prematuramente (Latour, 2012: p.135). Para essa empreitada, o autor afirma ser importante “aprender a alimentar-se de incertezas, em vez de decidir de antemão como deve ser a aparência do conjunto de equipamentos do mundo.” (IDEM: p.169)

Afinados com esses pressupostos, propusemos em uma disciplina da Escola de Arquitetura da UFMG a construção de uma **cartografia das subversões** de um território. A ideia era de mapear o não-evidente, mapear os usos não programados, os usos engendradas pelo habitante, colocando em xeque o espaço da representação (LEFEBVRE, S/REF) e afirmando a noção de espaço topológico da diferença, em permanente construção.

Um dos grupos¹ optou por cartografar o espaço público da Comunidade Eliana Silva, uma ocupação urbana organizada pelo movimento de luta pela moradia (MLB²) desde 2011. Para as autoridades locais e para parte da população da cidade, trata-se de um território ilegal e precário, cujos moradores são de baixa-renda e baixa-escolaridade. Mas, além das informações oficiais, o grupo estava interessado em saber sobre os modos de vida e as histórias de cada um.



Figura 1: Localização Ocupação Eliana Silva e Vista aérea
Fonte: Grupo de pesquisa PRAXIS, UFMG (<http://www.arq.ufmg.br/praxis/>)

¹ Alunos: Ceci Nery, Milena Lara, Paola Galvão, Patricia Ciofi, Sara Rocha e Thiago Flores.

² MLB: Movimento de luta nos bairros, vilas e favelas

Os alunos foram, então, para “campo”, e, como estrangeiros que eram, convidaram algumas crianças para serem seus guias. Não tinham um mapa. Nem elas. Pediram que fizessem alguns desenhos dos locais mais importantes dali – afinal desenhos ajudam muito os arquitetos a entenderem um território.



Figura 2: Oficina de desenhos

Fonte: Fotos tiradas pelos alunos da disciplina e gentilmente disponibilizadas

Depois de um tempo, as crianças cansaram, foram brincar de outra coisa. Os alunos continuaram por ali observando as brincadeiras.

Em fotos nas redes sociais, eles já tinham visto algumas das crianças com megafone na boca gritando palavras de ordem, com placas na mão articulando ações. Um grupo delas, inclusive, fazia parte do grêmio da escola, e, até, criaram um partido: União das Crianças Revolucionárias. Esse envolvimento político apareceu, inclusive, em alguns dos desenhos, através da escrita (assinatura?) da sigla do MLB. Mas, para além da criança militante, continuavam sendo crianças. Brincavam, brigavam e contavam histórias.





Figura 3: Fotos das brincadeiras das crianças da ocupação
Fonte: Fotos tiradas pelos alunos da disciplina e gentilmente disponibilizadas

Em outra visita de campo, os alunos propuseram às crianças montar um filme. O argumento: um estrangeiro indo visitar a ocupação. O roteiro: um menino vindo do Acre faz um xingamento preconceituoso a um menino da ocupação. Eles brigam, mas

acabam fazendo às pazes, e as crianças, então, o levam para conhecer a creche, a horta, a casa verde. Fim.

Os alunos foram se tornando cada vez mais menos estrangeiros, menos visitantes. Uma filmadora e um gravador de som foram entregues às crianças. A menina cujo pai é fotógrafo mas não mora ali ficou com a filmadora. Uns quiseram o gravador – uma antiguidade, nunca tinham visto. Outros quiseram atuar.

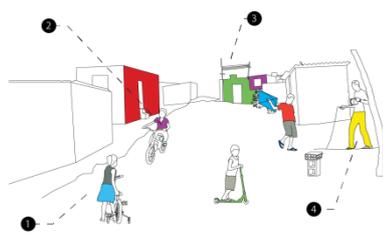


Figura 4: Fotos da elaboração do roteiro e filmagens do vídeo produzido pelos alunos e crianças da ocupação

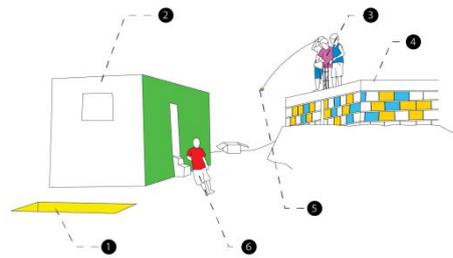
Fonte: Fotos tiradas pelos alunos da disciplina e gentilmente disponibilizadas

Por fim, todo esse material precisava ser editado para ser entregue a nós, professores. Mas como transformar horas de filmagens, montes de desenhos, um tanto de fotos e gravações em um trabalho acadêmico? Os alunos tiveram medo da edição, do corte, da tradução, da traição. Mas a realidade é sempre um recorte, uma construção de fatos, um relato bem narrado (Latour, 2012). E como já bem disse Boaventura: “a ciência não descobre, cria”. (Santos, 1995)

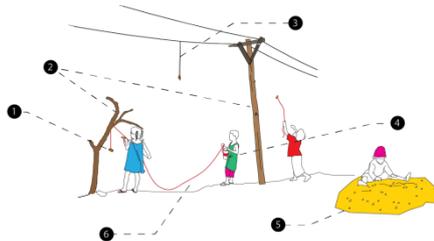




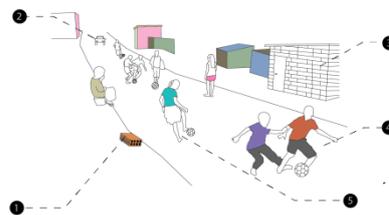
1. Chão de terra, não machuca quando cai; mais emoção na brincadeira.
2. Decidivide, mais velocidade na descida
3. Fios de eletricidade, conflito com as linhas de pipa
4. Conflito entre idades, crianças mais velhas roubam a pipa das mais novas.



1. TEVAPS em construção, os buracos são usados com cadeia na polícia e ladrão enquanto ainda não estão concretados.
2. Casas em construção, são permitidas como esconderijo; entendimento da construção como espaço público.
3. Tiro ao alvo
4. Laje em construção, apropriada para brincadeira
5. Peraços de tijolo, resto de obra
6. Esconde-esconde/polícia e ladrão



1. Tijolo, resto de obras
2. Elementos verticais, postes e árvores
3. Rastros espaciais da brincadeira
4. Carretel, aproveitado da pipa
5. Montinho de brita ou areia, estoque para obra
6. Pesca de tijolo



1. Arquibancada
2. Carros, fluxo reduzido; velocidade baixa; respeito as crianças
3. Casa aberta para a rua, olhos da rua; segurança
4. Chão de terra, não machuca quando cai; não esquenta
5. Zaga de bonecas



Figura 5: Cartografias do espaço público-lúdico da Ocupação Eliana Silva
 Fonte: Material produzido pelos alunos da disciplina e gentilmente disponibilizadas

5. Considerações finais

Podemos afirmar que cartografar aquele território foi o mesmo que acessar trilhas ainda não traçadas e inventar caminhos para a construção de um conhecimento indissociável de uma transformação, afinal conhecer é “fazer, criar, uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas” (Passos et all, 2009: p.30).

E por se tratar de um encontro inaugural entre pesquisadores (alunos-arquitetos) e pesquisados (crianças), houve ali um processo de conhecimento e “autoconhecimento”. Um território foi construído. Crianças experimentarem outras brincadeiras, afirmaram laços e identificações. Os alunos tiveram que criar táticas de envolvimento e de cumplicidade, tiveram que lidar com frustrações e sensações de erro, tiveram que assumir papéis. Agora um novo desafio foi solicitado a esses alunos-arquitetos: projetar **com** as crianças um espaço público – praça e parquinho – sem esvaziar as potencialidades experimentadas e registradas. Novas incertezas, novas experimentações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq por apoiar essa pesquisa.

Agradecemos aos alunos da disciplina por disponibilizar todo o material produzido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *A morte do autor*. IN: O rumor da língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. *Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 1*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social. *Uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução Doralice Barros Pereira e Sergio Martins. Mimeo.

PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virginia. ESCÓSSIA, Liliana da. (ORG). 2009. *Pistas do método da cartografia. Pesquisa-Intervenção e Produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Meridional.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Portugal: Editora Afrontamento, 1995 (7ª edição).